

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Joanize Cristina Correa

Graduada em Pedagogia.

E-mail: joanize2009@hotmail.com

Arenil Celestina de Jesus

Graduada em Pedagogia.

E-mail: arenilceu@gmail.com

Eliana Ester Cristante Mendes

Graduada em Pedagogia.

E-mail: eliana_estercristante@gmail.com

Léia Rondon de Campos

Graduada em Pedagogia.

E-mail: leiarondon@hotmail.com

Maria Aparecida Soares Paes da Silva

Graduada em Pedagogia.

E-mail: paes40@hotmail.com

Vanda Freitas Henrique

Graduada em Pedagogia.

E-mail: vandafreitas981@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N4-39>

RESUMO: O presente trabalho apresenta sobre diferentes perspectivas a inclusão, sob o apoio da histórica, bem como em relação às mudanças ocorridas na atualidade. De tal modo, buscamos evidenciar os impactos trazidos aos alunos e a escola por meio delas. Para isso, apontam-se historicamente vertentes que se relacionam com alguns movimentos que, a princípio, causaram os primeiros desafios para a solidificação da introdução no âmbito educacional, principalmente no ensino regular. A ênfase deste trabalho ocorre por meio dos obstáculos enfrentados pela diversidade, de maneira que, conforme a Lei assegure o comprometimento da instrução ao acesso para todos, com o dever de ser ofertada com qualidade, e, não contribuindo para a exclusão, pois as diferenças dos educandos devem ser respeitadas. Desta forma, o objetivo geral foi fundado para averiguar qual a forma que se pode favorecer a inclusão, sem que ela se torne alvo da exclusão, devido aos empecilhos presentes na sociedade. Para isso, o método utilizado para discorrer a proposta é o de caráter bibliográfico, tal que, contribua para o encontro de subsídios acerca das fundamentações. Tais que, estão fundamentados em ideias de teóricos, e na legislação, a fim de dar sentido ao assunto pautado.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Âmbito educacional. Exclusão.

INCLUSIVE EDUCATION IN BRAZILIAN SCHOOLS

ABSTRACT: This work presents inclusion from different perspectives, supported by history, as well as in relation to current changes. In this way, we seek to highlight the impacts brought to students and the school through them. To this end, aspects are historically highlighted that are related to some movements that, in principle, caused the first challenges for the solidification of the introduction in the educational sphere, mainly in regular education. The emphasis of this work occurs through the obstacles faced by diversity, so that, according to the Law, it ensures the commitment of instruction to access for all, with the duty to be offered with quality, and, not contributing to exclusion, as differences of students must be respected. In this way, the general objective was founded to find out how inclusion can be promoted, without it becoming a target of exclusion, due to the obstacles present in society. To this end, the method used to discuss the proposal is bibliographic in nature, such that it contributes to finding support regarding the foundations. These are based on theoretical ideas and legislation, in order to give meaning to the subject matter.

KEYWORDS: Inclusion. Educational scope. Exclusion.

INTRODUÇÃO

A fundamentação deste trabalho prende-se com a promoção da igualdade entre crianças e jovens e a explicitação das suas necessidades e apoios no ambiente escolar. A inclusão de alunos com deficiência se reflete no movimento pela universalização da educação, entendida como um direito humano, como mecanismo para fortalecer o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. Inclusão significa desenvolver recursos e métodos instrucionais que sejam acessíveis a todos os alunos, quebrando todas as barreiras que possam limitar a participação do aluno devido à sua singularidade.

A educação inclusiva foi criada no Brasil no século XX (Figueira, 2007), até então, o sistema educacional brasileiro era fragmentado em duas direções: escolas especiais para alunos com qualquer tipo de deficiência e educação formal para alunos sem deficiência. Depois que a legislação foi implementada, os alunos com deficiência começaram a receber educação formal junto com outros alunos. Nessa perspectiva, considerou-se necessário avaliar a relevância e os desafios da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na educação formal.

Assim, questiona-se: Qual a importância e os desafios da inclusão de crianças e jovens com deficiência nas escolas regulares? Portanto, o objetivo geral deste estudo foi

compreender as dificuldades encontradas na inclusão efetiva de crianças e adolescentes com deficiência na educação formal. Para tanto, traçam-se os seguintes objetivos específicos: Descrever as características da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no ensino formal no Brasil; Identificar a importância da abordagem adotada para sua efetiva inclusão no ensino regular.

Os pressupostos atuais deste trabalho sugerem que a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na educação formal pode ser considerada um dos maiores avanços no reconhecimento da importância e necessidade de aprovação de leis, políticas públicas, atendimento especializado, com equipes qualificadas, ensino e recursos para que esses alunos se desenvolvam adequadamente para alcançar autonomia para ampla participação dentro e fora da escola.

A INCLUSÃO NA PERSPECTIVA ESCOLAR

Para desenvolvermos esta pesquisa é necessário compreender e refletir criticamente sobre a temática aqui abordada, sendo fundamental explorar diferentes conceitos relacionados a políticas públicas, formação e perfil dos docentes que atuam na educação básica, importância da inclusão para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, entre outros.

A temática da inclusão de alunos com necessidades especiais está diretamente vinculada a diversos setores da sociedade, principalmente à educação, e é por isso que o foco maior é a relação da inclusão do contexto escolar, percebendo até onde a inclusão é de fato inclusiva para esses alunos.

A Educação Inclusiva é um direito garantido e assegurado na forma lei dentro da Constituição Federal (1988), do Estatuto da criança e do Adolescente (1990), na Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), na Declaração de Salamanca (1994) e LDB (1996). Todos esses documentos e legislações destacam que o acesso à educação e direitos das crianças com deficiências e necessidades especiais de ensino, esse direito também é assegurado pela Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que afirma em seu art. 8º,

Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. [...]

Por muitos séculos as pessoas que tinham algum tipo de deficiência ou necessidade educacional especial foram segregadas e discriminadas, não tendo o direito de frequentar a escolar juntos com os alunos ditos “normais”, e por conta disso ficou um estigma muito grande em relação a inclusão dessas pessoas na rede regular de ensino. Mesmo com todas as leis existentes que asseguram o acesso e permanência delas na escola, muitos ainda são vítimas de preconceitos e discriminação, justamente por não haver metodologias voltadas para a inclusão coletiva de todos no âmbito escolar.

Nesse sentido, a escola configura-se como sendo o espaço primordial e fundamental da manifestação da diversidade, com isso decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como meio principal para promover a inclusão, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos de aprender e desenvolver-se integralmente dentro de suas possibilidades. Sendo assim, o movimento de inclusão traz como premissa central, propiciar a uma educação de qualidade e igualitária para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos é ter acesso a uma educação que promova se crescimento e formação cidadã, pois,

Pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente (CARVALHO, 1998).

Mesmo com todos os pressupostos legais, a realidade ainda se apresenta bem diferente da almejada nas leis, as dificuldades são muitas e os desafios a serem superados ainda maiores. Muitos empecilhos impedem que a inclusão dos alunos com necessidades especiais se der de maneira prática, efetiva e de qualidade.

O se percebe é que há uma grande disparidade entre a legislação e a realidade educacional, uma vez que a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não foi consolidada da forma desejada. A proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva, ainda, se faz necessária uma maior

competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais a disposição para que a inclusão aconteça na prática.

A Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, significou um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade existente na sociedade. No que se refere a educação brasileira essa resolução faz a seguinte recomendação, em seu Art. 2º,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Na visão de Mantoan (2003), a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito discutido por diferentes segmentos da sociedade. Destacando ainda que a inserção desses alunos no sistema regular de ensino, nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos, independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de saber lidar com a diversidade e as diferenças existentes.

No tocante a educação inclusiva e inclusão de alunos com necessidades especiais de ensino, a escola se apresenta como sendo a principal instituição que promove essa reformulação de conceitos e concepções. Junto com a escola, o professor é a figura central nesse processo, mas que muitas vezes por falta de uma formação adequada acaba desempenhado esse papel de maneira secundária, o que leva a uma perda muito grande para o aluno no desenvolvimento de sua aprendizagem.

A Educação Inclusiva, em suas diferentes interpretações e modalidades existentes, se constitui hoje como foco principal das políticas públicas educacionais em nível federal, estadual e municipal. Nessa perspectiva de educação inclusiva, a escola deve se adaptar para atender a todos os alunos, independentemente de suas condições sociais, culturais, comportamentais ou biológicas.

O debate sobre inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais na rede regular de ensino vem tomando proporções significativas e influenciando diretamente o ambiente escolar em todos os seus aspectos. Para compreender o que é inclusão e

educação inclusiva, e sua importância é necessária uma conceituação sobre esses termos. Segundo Mantoan, inclusão e educação inclusiva são, respectivamente,

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro (MANTOAN, 2003, p. 24).

Sendo assim, a escola é um o espaço mais importante para o avanço da inclusão social das pessoas com necessidades especiais. Isso porque a diversidade existente no ambiente escolar é fundamental para o enriquecimento das trocas quem ocorrem entre os sujeitos ali presentes, pois a interação constante nesse ambiente proporciona trocas sociais, culturais e intelectuais que contribuem para a formação de modo pontual. Todos os tipos de interação imprimem diferentes tipos de aprendizagem na formação dos indivíduos, principalmente das crianças, uma vez que elas se encontram em pleno processo de desenvolvimento e formação.

A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com necessidades especiais não fique à parte no processo de ensino aprendizagem, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido, apenas para mantê-las na escola. Para que haja a inclusão das crianças com necessidades especiais no processo educativo se faz necessário criar estratégias educativas que possam contemplar as necessidades apresentadas por elas, buscando meios de interligar e alcançar os objetivos traçados, tanto para as crianças com necessidades especiais, como para as sem necessidades. Por isso a importância de uma preparação e motivação dos educadores para se realizar uma educação inclusiva de qualidade voltada para o atendimento e promoção de valores que levem a inclusão de modo efetivo.

O papel do professor é de suma importância na educação inclusiva, visto que o professor é a “autoridade competente, que direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento” (GAZIM et. al, 2005, p.51). Nessa perspectiva, o professor é o mediador entre o aluno, o conhecimento e sua

integração a partir de suas especificidades, logo cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem diariamente, superando os desafios que se apresentam dentro e fora da escola.

Um dos fatores primordiais para que a educação inclusiva de alunos com necessidades especiais em salas de aulas regulares der certo, é que os professores mudem a visão que tem sobre a aprendizagem desses alunos, reconhecendo que eles são capazes de aprender tanto quanto os demais. Para tal, é necessário o constante planejamento e elaboração de atividades que deem ênfase ao respeito as diferenças e as múltiplas possibilidades de aprendizagem, reconhecendo e estimulando as diferentes inteligências existentes.

Para que isso seja possível de se concretizar na sala de aula, com alunos heterogêneos em suas especificidades, Mineto destaca que,

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas (MINETTO, 2008, p. 101).

Dessa forma, os docentes que buscam uma ação educativa de fato inclusiva, devem sempre estar atentos a diversidade existente entre seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa e solidária, pautado no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação, visando formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças que existem na sociedade.

Mesmo com todos os pressupostos expressando a importância de se trabalhar de forma inclusiva, muitos professores ainda encontram enormes desafios e dificuldades para trabalhar atividades nesse viés da educação inclusiva, principalmente em decorrência da necessidade de se trabalhar muitos conteúdos com alunos na rede regular, o que em muitos casos, dificulta a inclusão de todos de maneira igualitária. Isso os obriga a repensar sua maneira de ensinar, sua cultura, sua política e suas estratégias pedagógicas, passando assim, a adotar uma postura reflexiva diante da singularidade e diversidade encontrada na

sala de aula. Ao repensar sua postura enquanto docente, o professor interliga conhecimentos e procura desenvolver ações pedagógicas que contemple a todos em suas potencialidades e especificidades.

Para que a educação Inclusiva aconteça efetivamente é preciso o envolvimento de todos os profissionais da escola, numa tentativa conjunta de promover ações e práticas educativas inclusivas. Possibilitando os alunos com necessidades especiais, práticas educativas voltadas para a inclusão, eles se passam se sentir parte daquele ambiente educacional, percebendo que aceitos e apoiados por seus colegas, professores e demais profissionais da escola.

Dessa forma, os recursos físicos, estruturas e toda a materialidade que auxiliam para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, embora muito importantes para a efetivação da inclusão, dão lugar ao desenvolvimento de atitudes inovadoras, de novas formas de atuação e de interação entre alunos, professores e demais funcionários da escola.

Para que isso seja possível é necessário que todos os profissionais diretamente ou indiretamente ligados à educação tenham um novo olhar, buscando construir uma pedagogia centrada no aluno, que por sua vez, suscite a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças existentes entre os indivíduos (STAINBACK & STAINBACK, 1999).

Por essa e tantas outras razões a educação inclusiva é de extrema relevância de ser prática na contemporaneidade, pois leva os alunos com necessidades especiais a construir uma identidade livre de estigmas e preconceitos, desenvolvendo sua capacidade de aprendizagem baseada no respeito as suas singularidades.

CONCLUSÃO

Este estudo levanta o tema da importância e dos desafios da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na educação formal. O tema escolhido é racional, pois envolve a busca de promover práticas e políticas públicas que ajudem a apoiar esses

alunos e seu desenvolvimento integral, a fim de minimizar os desafios que eles encontram no trabalho em rede regular.

Nessa perspectiva, este estudo busca responder ao seguinte questionamento: Qual a importância e os desafios da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na escola regular? Tem como objetivo compreender os desafios de apoiar crianças e jovens com deficiência na educação formal. Para tanto, são descritas duas partes: as características da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na educação formal no Brasil, e um levantamento da legislação brasileira para identificar os desafios de sua efetiva inserção na educação formal. A educação inclusiva como conceito de ensino ativo nasceu no país, da necessidade de garantir o direito à educação de todos os alunos, independente de deficiência ou não. Sua finalidade é permitir que o aluno receba uma educação formal, e pressupõe-se que ele tenha oportunidades iguais.

Este estudo destaca as leis e práticas brasileiras voltadas para a redução dos obstáculos enfrentados por crianças e adolescentes na escola, que estabelecem a inclusão como um dos avanços mais significativos. Por meio de leis, políticas públicas, atendimento especializado e recursos acessíveis, uma equipe qualificada garante o reconhecimento e exigência da educação inclusiva para essa parcela da população, possibilitando seu desenvolvimento integral. O quadro teórico explorado nesta pesquisa bibliográfica exploratória valida a consecução dos objetivos específicos e gerais. Embora os benefícios da inclusão para todos os alunos sejam óbvios, esta pesquisa abre novos caminhos para estudos posteriores. Consequentemente, propõe estudos rigorosos e abrangentes como futuros esforços de pesquisa. É, portanto, impossível predeterminar até que ponto a inclusão pode influenciar os resultados educacionais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão social e municipalização**. São Paulo, Unesp, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. Direção e coordenação geral de Izidoro Blinsein. São Paulo: Cultrix, 1993.

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FERNANDEZ, A. **O Saber em Jogo: A Psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FIERRO, A. **Personalidade e aprendizagem no contexto escolar**. In COLL, C., PALACIOS, J., MARCHESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FIGUEIRA, E. **O que é educação inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GADOTTI, M. **A Escola e o Professor**. Paulo Freire e a Paixão de Ensinar. 1. ed. São Paulo: Publisher, 2007.

GAZIM, E. et al. **Tendências pedagógicas brasileiras: contribuições para o debate**. Revista Chão da Escola. Curitiba, n. 4, p. 41-52, out. 2005.

Submissão: junho de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: novembro de 2023.